

RISCOS PSICOSSOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS MILITARES

D.R.M. FRANCISCO¹, A.P.G. RODRIGUES², G.K. PEREIRA³Polícia Militar de Santa Catarina¹Universidade Estadual de Santa Catarina²Polícia Militar de Santa Catarina³E-mail: gkpgustavo@gmail.comORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0003-4097-0020>

Submetido 09/06/2020 - Aceito 09/04/2022

DOI: 10.15628/holos.2022.10379

RESUMO

A relação entre o trabalho e o sujeito tem evidenciado cada vez mais os riscos psicossociais no campo laboral. Diante da complexidade das tarefas que permeiam a vida do policial militar e a eminente ameaça à vida que se mostra inerente à natureza do seu trabalho, é importante compreender os riscos psicossociais do trabalho desses agentes da segurança pública. Para tanto, esta pesquisa buscou avaliar a adaptabilidade do Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART) junto a policiais militares da 1ª Região da Polícia Militar de Santa Catarina (RPM) e sua correlação com transtornos mentais e comportamentais. A pesquisa utilizou método misto cujos dados quantitativos (n=229) foram coletados com

por meio do Self-Report Questionnaire-20 (SQR-20) e do PROART. Os dados qualitativos foram coletados em dois grupos focais. Foi evidenciado que 1/5 da amostra apresenta sofrimento mental significativo. Dentre os principais riscos do trabalho associados ao sofrimento mental estão a participação nas decisões do trabalho; flexibilização das normas; e desgaste e cansaço do trabalho. A amostra apresentou resultados de danos psicológicos, físicos e sociais como mau-humor e sentimento de tristeza, alterações de sono, dores no corpo, impaciência com as pessoas e o desejo de ficar só. O PROART mostrou-se capaz de mapear os riscos psicossociais no trabalho de policiais militares da capital catarinense associados ao sofrimento mental.

PALAVRAS-CHAVE: Polícia Militar; Saúde Mental; Riscos Psicossociais; Segurança Pública.

RISK PSYCHOSOCIAL IN MENTAL HEALTH ON THE MILITARY POLICE

ABSTRACT

The relationship between work and the subject has increasingly evidenced psychosocial risks in the labor field. In the face of the complexity of the tasks that permeate the life of the military policeman and the imminent threat to life that is inherent in the nature of his work, it is important to understand the psychosocial risks of the work of these public security agents. To this end, this research aimed to evaluate the adaptability of the Psychosocial Risk Assessment Protocol at Work (PROART) with military police officers of the 1st Region of the Military Police of Santa Catarina State (RPM) and its correlation with mental and behavioral disorders. The research used a mixed method whose quantitative data (n = 229) were collected using the Self-Report

Questionnaire-20 (SQR-20) and PROART. Qualitative data were collected in two focus groups. It was evidenced that 1/5 of the sample presents significant mental suffering. Among the main work risks associated with mental distress are: participating in work decisions; flexibility of standards; and wear and tear from work. The sample showed results of psychological, physical and social damage such as moodiness and feeling of sadness, sleep changes, body aches, impatience with people and the desire to be alone. PROART proved to be able to map the psychosocial risks in the work of military police officers of the Santa Catarina capital associated with mental suffering.

KEYWORDS: Military Police; Mental Health; Risk Psychosocial; Public security

1 INTRODUÇÃO

É relevante o esforço científico que busca compreender o ambiente laboral dos agentes de segurança pública. O desconhecimento dos riscos psicossociais envolvidos na função policial militar implica em processos de gestão das corporações policiais militares e na saúde do trabalhador, cujos afastamentos do trabalho por motivo de saúde trazem prejuízos à administração pública e à população (REBOUÇAS, ABELHA, LEGAY, & LOVISI, 2008; MINAYO, ASSIS, & OLIVEIRA, 2011; CRUZ, 2017; PEREIRA, 2017).

Alguns estudos com policiais militares de Santa Catarina têm evidenciado os números de afastamento do trabalho por motivo de saúde física e mental (LIMA, BLANK & MENEGON, 2015; PEREIRA, 2017). A revisão de literatura (2007-2017) realizada por Lopes, Waeny e Macedo (2018) destacou que os fatores de riscos psicossociais encontrados no trabalho de policiais militares contribuem para comprometimentos físicos (cardiovasculares, respiratórios, gastrointestinais, dermatológicos e musculoesqueléticos) e para com os transtornos emocionais e das funções cognitivas.

Há no mundo diversas instituições que visam sistematizar o conhecimento sobre riscos psicossociais, e avançá-lo. Porém se sobressaem no cenário internacional a Organização Internacional do Trabalho, o Instituto Sindical de Trabajo Ambiente y Salud (ISTAS), o Health and Safety Executive (HSE) e a European Agency for Safety and Health at Work (EU-OSHA), cujas definições de risco psicossocial tentam abarcar um amplo espectro de fatores que implicam na saúde e qualidade de vida do trabalhador.

No documento técnico intitulado “Psychosocial factors at work: Recognition and control” (1986, p.3), a Organização Internacional do Trabalho indica que os fatores psicossociais no trabalho se referem às interações entre o ambiente de trabalho e seu conteúdo, cultura e as condições organizacionais e as capacidades, necessidades, considerações pessoais extra-trabalho que podem, através de percepções e experiências, influenciar a saúde, o desempenho e a satisfação no trabalho. Identifica-se nesse contexto, principalmente, seis fatores de risco psicossociais: “i) sobrecarga quantitativa; ii) carga qualitativa insuficiente; iii) falta de controle sobre o trabalho; iv) papéis/funções conflitantes; v) falta de apoio social em casa e por parte da chefia e dos colegas de trabalho; vi) estressores físicos” (BARUKI, 2017, p.37).

Na perspectiva do Health and Safety Executive (HSE, 1999) riscos psicossociais estão intimamente ligados às situações que podem afetar a resposta psicológica dos trabalhadores às condições e local de trabalho (incluindo relações de trabalho com supervisores e colegas). Já a European Agency for Safety and Health at Work (EU-OSHA, 2007) compreende risco psicossocial como decorrente do design, organização e gestão do trabalho, e de um contexto socialmente pobre no trabalho, com repercussões negativas psicológicas, físicas e sociais. O Instituto Sindical de Trabajo Ambiente y Salud (ISTAS, 2013, p.355), expressa os fatores de Risco Psicossocial como:

os fatores de risco para a saúde que se originam na organização do trabalho e geram respostas Tipo (reações neuroendócrinas) fisiológicos, emocionais (sentimentos ansiedade, depressão, alienação, apatia, etc.), cognitivas (Restrição de percepção, a capacidade de se concentrar, criatividade e tomada de decisão,

etc.) e comportamentais (abuso de álcool, tabaco, drogas, violência, correr riscos desnecessários, etc.) que são popularmente conhecidos como "tensão" e podem ser precursores de doença em determinadas circunstâncias intensidade, frequência e duração. (ISTAS, 2013, p.355)

O entendimento da ISTAS (2013) compreende que os principais fatores de risco psicossocial estão associados às demandas psicológicas de trabalho; ao conflito decorrente de conciliar trabalho, família e vida social; ao controle de trabalho; ao apoio social (de pares e superiores); à compensação resultante do trabalho; à insegurança no emprego; às condições de trabalho básicos (como salário ou horas de trabalho); e ao nível de justiça organizacional.

Pesquisas no campo de saúde mental apresentam que a função policial militar é geralmente percebida como altamente estressante (BBRASIL, 2001; POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA, 2010; COSTA et al., 2007; MORAES, MARQUES & PEREIRA, 2000; PORTELA & BUGHAY FILHO, 2007). Conforme ilustram Lipp, Costa e Nunes (2017):

Os eventos com os quais os policiais necessitam lidar são de vários tipos, devendo intervir em situações de problemas humanos de muito conflito e tensão. O policial deve saber distinguir o bem do mal, tem que decidir, em situações de emergência, entre o legal e o ilegal, o honesto e o desonesto, no exato momento, mesmo que não tenha todas as informações necessárias para uma decisão correta. Como pano de fundo para sua atuação profissional, muitas vezes encontra-se a incerteza e a angústia. Adicionalmente, esses profissionais têm de lidar com hierarquia, grande quantidade de burocracia, desequilíbrio entre recursos e exigências, falta de suporte do sistema policial, falta de preparo e hostilidade dos cidadãos ante a imagem pública da polícia. Outro estressor intrínseco da profissão é o perigo sempre presente, durante e fora do horário de trabalho e as ameaças que são feitas as suas famílias (LIPP, COSTA & NUNES, 2017, P.47).

Este contexto torna-se cada vez mais grave em virtude da violência crescente no Brasil, como aponta o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2019, o que implica um aumento da demanda do serviço policial, bem como uma maior pressão popular e governamental em termos de resultados da Polícia Militar. Estas condições de trabalho colocam o serviço policial como uma das três ocupações principais ocupações mais comumente relatadas por médicos do trabalho e psiquiatras nos Estados Unidos (COLLINS & GIBBS, 2003). Em pesquisa realizada na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro da amostra de 224 policiais militares, 10% disseram já ter tentado suicídio e 22% comunicaram ter tido ideação suicida em algum momento de suas vidas (MIRANDA, 2016). Nesta senda, observa-se em pesquisa realizada com policiais militares do Rio de Janeiro, a prevalência 35,7% quanto ao sofrimento psíquico (SOUZA et. al., 2012). Este contexto demonstra uma condição de estresse na atividade policial, o que gera um auto nível de afastamento do trabalho e por consequência uma redução de policiais trabalhando nas ruas e um alto custo para os cofres públicos.

Os fatores de riscos psicossociais no trabalho são “aquelas características do trabalho que funcionam como ‘estressores’ ou seja, implicam em grandes exigências no trabalho, combinadas com recursos insuficientes para o enfrentamento das mesmas” (BARUKI, 2017), em sendo assim ao buscar uma metodologia para avaliar os riscos psicossociais de uma atividade profissional é

possível tornar mais claras quais são as características desta atividade profissional, e consequentemente identificar de que forma as características deste trabalho influenciam na saúde laboral destes trabalhadores e quais intervenções podem ser realizadas para reduzir os riscos psicossociais deste trabalhadores, tais esforços podem ser implementados de maneira contínua e assim permitir uma maior amplitude de atuação nos aspectos organizacionais.

Para a presente investigação, fatores de risco psicossocial são “decorrentes dos efeitos negativos da organização do trabalho sobre os estilos de gestão, sofrimento patogênico e danos físicos, psicológicos e sociais, e que provocam o adoecimento do trabalhador e comprometem a qualidade do trabalho” (FACAS, 2013, p.29). Aspectos ligados aos diferentes fatores de risco apresentados nos conceitos já foram evidenciados em diferentes pesquisas com agentes da segurança pública no Brasil e no mundo (MINAYO, ASSIS, OLIVEIRA, 2011; VELDEN, RADEMAKER, VERMETTEN, PORTENGEN, YZERMANS, GRIEVINK, 2013; WICKRAMASINGHE, WIJESINGHE, DHARMARATNE, AGAMPODI, 2016; KIM, AHN, KIM, YOON, ROH, 2016; HAN, PARK, PARK, HWANG, KIM, 2018).

Dentre os diversos agravos, destacam-se os de saúde mental relacionados a estressores ocupacionais (OLIVEIRA & BARDAGI, 2009; BEZERRA, MINAYO, CONSTANTINO, 2013; LIZ ET AL, 2014; LIPP, COSTA & NUNES, 2017), depressão (LIMA, ASSUNÇÃO & BARRETO, 2015), transtornos de estresse pós-traumático (ELNTIB & ARMSTRONG, 2014), suicídio, entre outros agravos (OLIVEIRA & SANTOS, 2010; FERREIRA, BONFIM & AUGUSTO, 2011; MARTINS & LOPES, 2012; LIMA, BLANK & MENEGON, 2015; CASTO & CRUZ, 2015; PIRES, VASCONCELLOS & BONFATTI, 2017; SCHNEIDER, SIGNORELLI & PEREIRA, 2017).

Deve ser considerada a invisibilidade desse fenômeno na segurança pública, pois embora “os riscos ambientais psicossociais – presentes atualmente em larga escala no ambiente de trabalho – estarem levando ao adoecimento, são poucos mencionados, talvez por sua natureza invisível e quiçá pouco palpável” (BARUKI, 2017, p.104). A presente pesquisa teve como escopo, então, avaliar a adaptabilidade do Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART) junto a policiais militares da 1ª Região da Polícia Militar de Santa Catarina (RPM) e sua correlação com transtornos mentais e comportamentais.

2 METODOLOGIA

Este estudo obteve o consentimento do Centro de Estudos Superiores pertencente a Diretoria de Instrução e Ensino da PMSC, bem como aval da Coordenação de Pesquisa da Escola de Administração e Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas - ESAG pertencente a Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC. Foi utilizado um método misto combinando uma estratégia explanatória sequencial, que consiste na “coleta de dados quantitativos em uma primeira fase da pesquisa seguida de coleta e análise de dados qualitativos em uma segunda fase que é desenvolvida sobre os resultados quantitativos iniciais (CRESWELL, 2010, p.247), e a “utilização dos grupos focais, de forma isolada ou combinada com outras técnicas de coleta de dados primários, revela-se especialmente útil na pesquisa avaliativa” (TRAD, 2009, p.779).

2.1 Participantes

A 1ª Região de Polícia Militar de Santa Catarina é composta três batalhões (21ºBPM com 157 policiais militares; pelo 22º BPM com 156 policiais militares e pelo 4º BPM com 325 policiais militares), totalizando uma população de 638 policiais militares que atuam na capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Foi selecionada uma amostra aleatória com variabilidade amostral de 6% e nível de confiança de 95% para compor a etapa quantitativa da pesquisa. Na primeira etapa da pesquisa responderam voluntariamente aos questionários SRQ-20 e PROART 229 praças e oficiais, que atuavam em funções administrativas ou nos policiamentos operacionais. Para a segunda etapa foram criados grupos focais com policiais militares selecionados dentre os 229 participantes da primeira etapa. Creswell (2010) salienta que a amostra qualitativa é baseada na intencionalidade da seleção, tendo em vista que os indivíduos elegidos para a pesquisa terão que ter experiência o fenômeno pesquisado. Assim, a amostra qualitativa foi composta por dois grupos focais com 06 policiais militares em cada, sendo um composto por policiais militares da carreira praças e outro por oficiais. A quantidade de policiais militares por grupo considerou a limitação técnica observada na obra Vieira e Zouain (2006).

2.2 Instrumentos

Os dados quantitativos foram coletados por meio do Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART) e do Self-Report Questionnaire-20 (SQR-20), ambos validados e reconhecidos. O Self Report Questionnaire (SRQ-20) é um instrumento de rastreio desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde com o objetivo de identificar desconforto emocional relacionados com humor depressivo-ansioso, sintomas somáticos, decréscimo de energia vital e pensamentos depressivos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1994).

O PROART, por sua vez, foi um método desenvolvido por Emílio Peres Facas em sua tese de doutorado em 2013, sendo fundamentada na Psicodinâmica do trabalho e sua aplicação é voltada primordialmente para o mapeamento dos riscos psicossociais no trabalho, a partir de instrumentos que envolvam a investigação de diversas dimensões da relação trabalhador-organização. Segundo o autor, o instrumento é capaz de investigar características da organização prescrita do trabalho, do estilo de gestão, dos riscos de sofrimento patológico no trabalho, de identificar os danos físicos e psicossociais decorrentes do trabalho, além de permitir relações causais entre os diferentes fatores das diferentes escalas do instrumento (FACAS, 2013).

O Grupo Focal “caracteriza-se pela possibilidade de intervenção em tempo real no curso da análise e de confrontar as percepções dos participantes [...]” (RUEDIGER & RICCIO, 2006, p. 151). Nele “o pesquisador decide prender-se às nuances de sentido que existem entre as unidades de análise, aos elos lógicos entre essas unidades ou entre as categorias que as reúnem (...)” (LAVILLE & DIONE, 1999, p.226). Assim, através de frases representativas da fala dos participantes, buscou-se examinar as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e relacioná-las com os resultados obtidos no PROART.

2.3 Procedimentos e análise de dados

Para se chegar ao objetivo de avaliar a adaptabilidade do Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART) junto a policiais militares da 1ª Região da Polícia Militar de Santa Catarina (RPM) e sua correlação com transtornos mentais e comportamentais, a presente pesquisa optou por um método misto de coleta de dados com estratégia explanatória sequencial, que consiste na “coleta de dados quantitativos em uma primeira fase da pesquisa seguida de coleta e análise de dados qualitativos em uma segunda fase que é desenvolvida sobre os resultados quantitativos iniciais (CRESWELL, 2010, p.247)”.

Na primeira etapa, a pesquisa norteou-se por meio do método quantitativo, online ou presencial, dependendo da disponibilidade do participante, realizando coleta de dados por meio do Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART) e pelo Self-Report Questionnaire-20 (SQR-20). Para o tratamento dos dados, as informações foram extraídas da planilha Excel gerada pela ferramenta Protocolos Google Drive, em seguida foram traspostos para o pacote SPSS (Statistical Package for Social Science). Por meio de estatística relacional foi analisado se os riscos psicossociais do PROART possuem relação com transtornos mentais e comportamentais rastreados pelo instrumento SRQ-20. A análise das respostas dos participantes na etapa quantitativa da pesquisa permitiu identificar os riscos psicossociais com significativa relevância estatística e que apresentavam maiores riscos de sofrimento emocional nos policiais militares. Foi a partir deles que se criou um roteiro semi-estruturado orientado pelos riscos identificados nas escalas e sub-escalas do PROART. As discussões realizadas nos grupos focais foram registradas por meio de anotações e por meio de gravador de voz.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As idades da amostra variaram de 23 a 50 anos ($X = 32$ anos; $DP = 6,57$ anos) e a média de tempo de serviço na instituição foi de 7,7 anos ($DP = 8,11$ anos). Ambas as variáveis apresentaram correlação com o sofrimento emocional (idade - ,185, $p < ,01$) (tempo de serviço - ,206) ($p < ,01$). A maior parte da amostra é composta por policiais da carreira Praças (96,5%), com escolaridade de nível superior ou pós-graduado (87,4%), desempenhando atividade operacional (86,9%).

Predominou o sexo masculino (90,4%) em detrimento do sexo feminino (9,6%), entretanto esta variável não apresentou diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$) para o sofrimento emocional quando associada aos riscos psicossociais mapeados pelo PROART, assim como não houve diferenças significativas trabalhar em atividades administrativas ou atividades operacionais. Porém, quando investigados os riscos psicossociais associados ao fato de possuírem ou não cônjuges diferenças significativas foram encontradas nos resultados dos instrumentos utilizados.

O sofrimento emocional rastreado pelo SRQ-20 indicou que policiais militares com cônjuges manifestam maior média de sintomas ($X = 4,69$) do que os sem cônjuges ($X = 3,27$) ($p = ,015$). Indivíduos com cônjuges também apresentam maior média de danos associados ao trabalho ($p = ,013$), especialmente danos psicológicos ($p = ,006$) e dano físicos ($p = ,03$).

Aproximadamente metade (50,7%) dos pesquisados apresentou algum problema de saúde nos últimos 12 meses em decorrência do serviço, com uma média de 4,18 sintomas

manifestados por indivíduo. Os principais sintomas apresentados foram dormir mal (52,40%); sentimentos de nervosismo, tensão ou preocupação (42,79%); sensação de cansaço generalizado (36,68%); dores de cabeça frequentes (32,75%) e sentimento de tristeza (27,07%). Praticamente todos os riscos psicossociais no trabalho mapeados pelo PROART apresentaram correlações significativas com o sofrimento emocional, exceto a sub-escala Estilo Normativo de Gestão, que contribuiu com o Escore Geral da Escala Estilo de Gestão (Tabela 1).

Tabela 1. Associação entre o Protocolo de Avaliação de Riscos Psicossociais no Trabalho (PROART) e Self-Report Questionnaire (SRQ-20) em policiais militares.

PROART	SRQ-20	N	Média	GI	Valor-p (bi-direcional)
Escore Geral da Escala da Organização Prescrita do Trabalho	Sem sofrimento significativo	181	3,35	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	2,82		
Divisão de Tarefas	Sem sofrimento significativo	181	3,02	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	2,52		
Divisão Social do Trabalho	Sem sofrimento significativo	181	3,54	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	2,99		
Escore Geral da Escala Estilo de Gestão	Sem sofrimento significativo	181	2,99	227	0,102
	Com sofrimento significativo	48	2,90		
Estilo Individualista	Sem sofrimento significativo	181	2,22	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	2,96		
Estilo Normativo	Sem sofrimento significativo	181	3,31	227	0,385
	Com sofrimento significativo	48	3,37		
Estilo Coletivista	Sem sofrimento significativo	181	3,28	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	2,81		
Estilo Realizador	Sem sofrimento significativo	181	3,04	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	2,47		
Escore Geral da Escala de Sofrimento Patogênico no Trabalho	Sem sofrimento significativo	181	1,90	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	2,79		
Inutilidade	Sem sofrimento significativo	181	1,65	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	2,52		
Indignidade	Sem sofrimento significativo	181	2,26	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	3,16		
Desqualificação	Sem sofrimento significativo	181	1,75	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	2,66		
Escore Geral da Escala de Avaliação de Danos Relacionados ao Trabalho	Sem sofrimento significativo	181	1,94	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	3,09		
Dano Psicológico	Sem sofrimento significativo	181	1,64	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	2,91		
Dano Social	Sem sofrimento significativo	181	1,75	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	2,73		

Dano Físico	Sem sofrimento significativo	181	2,33	227	0,000
	Com sofrimento significativo	48	3,52		

Fonte: dados primários

O PROART é capaz, portanto, de sinalizar tendência a Transtorno Mental ou Comportamental (TMC), o que revela ser um instrumento útil para mensurar risco psicossocial na amostra pesquisada, pois além de rastrear indivíduos com sinais de adoecimento é capaz de indicar as fontes de sofrimento no trabalho pelo viés das escalas e sub-escalas contidas no instrumento. Embora não tenha ocorrido correlação do estilo de gestão normativo ($p=0,385$) com sofrimento emocional na amostra de policiais militares investigados, a estratégia de grupo focal permitiu compreender aspectos qualitativos identificados nas diferentes escalas e sub-escalas apresentadas pelo PROART.

3.1 Escala da Organização Prescrita do Trabalho (EOPT)

A presente escala apresentou classificação de médio risco para o sofrimento emocional em seus escores gerais ($X= 3,24$ e $DP= 0,62$), bem como suas sub-escalas Divisão das Tarefas ($X= 2,91$; $DP = 0,69$) e Divisão Social do Trabalho ($X= 3,42$; $DP = 0,68$). A Escala de Organização Prescrita do trabalho (EOPT) refere-se organização das normas, demandas, regras e expectativas impostas pela organização ao trabalhador, com itens sobre Divisão das Tarefas e Divisão Social do Trabalho.

Escore que caracterizam o risco médio nessa escala - conforme encontrados na presente investigação - representam um estado de alerta para os riscos psicossociais no trabalho, demandando intervenções a curto e médio prazo (FACAS, 2013). Resultados similares foram encontrados no Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal, que também apresentou risco médio na sub-escala Divisão de Tarefas entre os fatores de risco psicossocial (CAMPOS ET. AL, 2014), bem como na Polícia Militar de Tocantins e na Polícia Militar do Distrito Federal também encontraram fatores de risco psicossocial nessa sub-escala (CARVALHO, 2016; FONSECA, SILVA & SILVA, 2014).

O Grupo Focal da presente investigação expressou as dificuldades existentes ao lidar com a falta de efetivo e com equipamentos sem qualidade. Indicaram que “a falta de efetivo é o que mais estressa” e que “os equipamentos não são de boa qualidade, parece que a pessoa que sugeriu este equipamento nunca trabalhou na rua”. Os riscos psicossociais associados à divisão das Tarefas de policiais militares de Santa Catarina, especialmente acerca da insuficiência de recursos de trabalho ou sua inadequação, e a quantidade de efetivo para executar as tarefas, já haviam sido encontrados em estudos anteriores na PMSC (SANTA CATARINA, 2010).

Quando questionados sobre os resultados encontrados na Divisão do Social do Trabalho, os participantes discutiram sobre a importância da participação nas decisões do próprio trabalho e da flexibilização das normas. “É comum as decisões sobre o trabalho depender muito do comandante. Tem comandante que fala mais com o pessoal e tem outros que parece que ouvem, mas entra por um lado e sai por outro”.

A falta de flexibilização das normas é apontada como uma questão difícil para o dia-a-dia da atividade operacional, pois “têm situações que não dá para fazer tudo que está na norma,

porque às vezes depende de outros órgãos e o policial fica na mão" (...) "não é feito um filtro no jurídico da PMSC quanto à abertura de procedimentos pela corregedoria, o policial responde por tudo". Destaca-se que a alta demanda de serviço e condições inadequadas de trabalho já foi associada ao adoecimento em outras polícias militares brasileiras (SILVA E VIEIRA, 2008; MINAYO, SOUZA E CONSTANTINO, 2008).

3.2 Escala de Estilos de Gestão (EEG)

Nesta escala ficou evidenciada a presença moderada do estilo de gestão normativo ($X= 3,32$ e $DP= 0,44$) e do estilo de gestão coletivista ($X= 3,18$ e $DP= 0,77$), que predominaram na amostra em 42,4 e 38%, respectivamente, porém sem contribuição significativa para o sofrimento emocional na amostra. A predominância desses estilos de gestão também foram encontrados em outras instituições militares de estados brasileiros (CARVALHO, 2016; FONSECA, SILVA & SILVA, 2014; CAMPOS ET. AL., 2014), o que pode indicar uma tendência de predomínios de estilos em organizações militares.

Um Estilo de Gestão Coletivista possibilita a valorização do trabalho coletivo, onde o resultado do trabalho é visto como uma realização do grupo. A coroação do coletivo viabiliza a cultura do reconhecimento entre os pares e gera uma mobilização subjetiva (FACAS, 2013). Codo e Magalhães-Pinto (2006) constataram que o sentimento de pertencimento a um grupo gera espírito de equipe ao mesmo tempo o motiva. O estilo de gestão normativo, por sua vez, é caracterizado por uma cultura mais arraigada no controle e em regras, o que possibilita a implantação de métodos e caminhos que geram eficácia, contudo, às vezes, são pouco racionais e apresentam uma tendência para pouco cuidado com os seus trabalhadores (FACAS, 2013).

O estatuto da PMSC estabelece que "hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar" (Lei nº 6.218/83, artigo 14), o que pode explicar o predomínio do Estilo de Gestão Normativo encontrado. A hierarquia é consubstanciada no acatamento à sequência de autoridade; e disciplina e a rigorosa observância e o acatamento integral das normas, que devem ser mantidas em todas as circunstâncias. Para "compreender essa instituição, é importante entender a cultura interna que produz, de forma permanente e cotidianamente e em todos os seus momentos, rituais de "hierarquia" e de disciplina" dois pilares inseparáveis e interdependentes da vida militar" (MINAYO, SOUZA & CONSTANTINO, 2008, P.89).

O grupo focal destacou a manifestação dos diferentes estilos de gestão entre as chefias e colegas de trabalho, no qual "o estilo normativo vem de cima, nós não temos muito o que fazer... vem de cima para baixo... e o estilo coletivista é o das guarnições, todo mundo se ajuda para dar conta do serviço". O grupo destacou também a importância que a instituição dá as normas, e, em alguns casos, coloca-a acima do próprio policial: "muitas vezes o policial se esforça para conseguir pegar o agente e acaba respondendo [na corregedoria] por ter batido a viatura, mas se o policial se arrisca e consegue pegar eles [gestores] ficam felizes".

Embora a Polícia Militar de Santa Catarina seja uma organização militar pautada nos princípios da hierarquia e disciplina como todas as outras, ampliar a participação na gestão e na tomada de decisão não significa extinguir as normas e procedimentos militares, a exemplo de como ocorre no estilo de gestão coletivista identificado nesta pesquisa. Vale a pena buscar desenvolver medidas de tomadas de decisão mais participativas, contexto que irá ampliar a



reflexão e o sentido do trabalho, em espaços de debate e de reconhecimento tão necessários nas organizações militares, já que o estilo de gestão coletivista denota uma organização idealizada como perfeita por seus integrantes, refletindo em orgulho confiança e auto-estima organizacional, e seus componentes apresentam comportamento de lealdade e agem por interesse a corporação (FACAS, 2013). Nesse sentido, embora seja expressamente delimitado em estatuto os círculos de convivência entre os policiais militares de acordo com sua posição na hierarquia militar, que prevê a convivência dos militares com pessoas da mesma categoria nos círculos hierárquicos (PMSC, 1983), se um valor essencial não for priorizado pela organização, isso prejudicará a formação de confiança entre seus membros, mesmo que outros valores importantes sejam praticados (OLIVEIRA & SOUZA, 2014).

3.3 Escala de Sofrimento Patogênico no Trabalho (ESPT)

O Sofrimento Patogênico no Trabalho já foi encontrado em outras organizações militares da segurança pública brasileira (CARVALHO, 2016; FONSECA, SILVA & SILVA, 2014; CAMPOS ET. AL., 2014). Refere-se às formas de sentir, pensar e agir compartilhadas em uma instituição e podem ser dimensionadas em 3 categorias: inutilidade, indignação e desqualificação (FACAS, 2013).

Na presente investigação o Sofrimento Patogênico no Trabalho apresentou um risco médio ($X= 2,45$) na sub-escala Indignidade e baixo risco nas sub-escalas Inutilidade ($X= 1,83$) e Desqualificação ($X= 1,94$). Risco médio na sub-escala Indignidade representa sentimento de injustiça, desânimo, insatisfação e desgaste com o trabalho e um estado limite para os riscos psicossociais no trabalho (FACAS, 2013), que demanda intervenções a curto e médio prazo.

O grupo destacou neste ponto o desgaste e o cansaço do trabalho, pois “é muito difícil ficar numa escala que você perde noite de sono, que muitas vezes é difícil de se planejar com a família, pois na folga ainda tem que dar depoimento”. Além disso, itens relacionados ao sentimento de desgaste no trabalho e o quão é cansativo apresentaram as maiores médias de correlações significativas ($p<0,05$) com as variáveis idades e tempo de serviço, levando a crer que quanto maior a idade e o tempo de serviço na instituição maior será sua contribuição para o adoecimento do policial militar.

A sub-escala de Desqualificação refere-se ao sentimento de desqualificação ou a não aceitação e/ou admiração pelos colegas e chefias, a falta de liberdade para expressar o que pensa e sente em relação ao seu trabalho (FACAS, 2013). A Falta de liberdade para se expressar e a desconfiança nas relações entre chefia e subordinados reforçam a necessidade de se desenvolver um espaço aberto para discussões no ambiente de trabalho militar, especialmente entre círculos hierárquicos diferentes.

A sub-escala Inutilidade refere-se a sentimentos de desvalorização, relacionado às percepções de o trabalho não fazer sentido ou ser significativo (FACAS, 2013). Quando comparadas as sub-escalas do Sofrimento Patogênico no Trabalho, essa apresentou o menor risco psicossocial, embora nem todos os itens estejam de acordam com as percepções trazidas pelo Grupo Focal quanto ao sentimento de utilidade profissional e relevância para sociedade como um todo.



Apesar do item “sinto-me inútil” ter apresentado uma média maior que os outros itens da sub-escala Inutilidade, os participantes do Grupo Focal indicaram não concordar com o resultado apresentado no instrumento, mas que acreditam que policiais militares possam se sentir assim devido às dificuldades para aliar as normas estabelecidas e a atividade prática do dia a dia laboral. Indicaram perceber sentimentos de desvalorização e de falta de reconhecimento, a exemplo de “o policial da rádio patrulha não ser valorizado, eu nunca vi uma solenidade onde chamassem as guarnições para receber uma homenagem”. Por outro lado, é comum profissionais da segurança pública ter orgulho de sua profissão fortemente ligada ao valor da sua função social. Há um sentimento de realização pessoal e orgulho profissional no que fazem (SPODE E MERLO, 2006, OLIVEIRA E SANTOS, 2010; AMADOR, 2002), além da indicação da relevância social da profissão expresso no ordenamento jurídico máximo brasileiro: a Constituição Federal (BRASIL, 1988).

3.4 Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT)

Processos psicossomáticos são comuns em indivíduos com dificuldade para canalizar o sofrimento (DEJOURS, 1992). A Escala de avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT) refere-se às disfunções físicas, psicológicas e sociais decorrentes de confronto entre a organização do trabalho e seus estilos de gestão ou de vivências de sofrimento, distribuída em danos físicos, psicológicos e sociais (FACAS, 2013).

Observou-se níveis significativos de correlação entre as variáveis idade e tempo de serviço em todas as sub-escalas de danos relacionados ao trabalho, com destaque para os Danos Psicológicos que apresentaram o maior nível de significância aliado a uma alta porcentagem de correlação ($p < 0,01$). Deste modo, quanto maior a idade do policial militar e maior seu tempo de serviço na instituição maior será o risco de dano psicológico. Dentre os principais danos psicológicos mensurados pela Escala de Avaliação dos Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT) estão mau-humor ($X=2,43$) e sentimento de tristeza ($X=2,11$).

Os policiais militares do grupo focal destacaram a inter-relação entre danos físicos a consequências psicológicas como decorrente, por exemplo, do sono prejudicado em razão das escalas noturnas e variáveis. Os principais danos físicos foram relacionados às alterações de sono ($X= 3,23$), dores no corpo ($X= 2,85$), dores na perna ($X= 2,78$), de cabeça ($X=2,57$) e braços ($X=2,33$). O Grupo Focal destacou-se que os danos físicos são bem comuns de ocorrer: “é muito peso, e quando usava o cinto sem o colete tático eu ficava com dor nas costas, porque tudo ficava concentrado na cintura”. Já os danos sociais estão mais relacionados à impaciência com as pessoas em geral ($X=2,26$) e o desejo de ficar sozinho ($X= 2,1$), além de tornar o círculo social fechado, pois “muitas vezes o policial só tem amigo policial, é difícil conviver com os demais grupos... depois que me tornei policial, as pessoas ficam com medo ou com preconceito”.

Cabe destacar que danos dessa natureza foram encontradas em outras pesquisas com militares brasileiros como nas pesquisas realizadas por Carvalho (2016) na Polícia Militar de Tocantins, por Fonseca, Silva e Silva (2014) na Polícia Militar do Distrito Federal, bem como por Campos et. al. (2014), além de manifestação de sintomas como enxaquecas, dores no pescoço e de cabeça, nas costas, problemas de visão e a presença de lesões físicas permanentes encontrados em 16,2% dos policiais do Rio de Janeiro (MINAYO, ASSIS E OLIVEIRA; 2011).



4 CONCLUSÃO

Os índices de risco apresentados no protocolo foram estatisticamente associados ao sofrimento mental na amostra. O Protocolo de Avaliações de Riscos Psicossociais no Trabalho é, portanto, um protocolo útil para mapear os riscos psicossociais no trabalho de policiais militares da capital catarinense. Não se pode, porém, considerar esta a realidade de todos os policiais militares de Santa Catarina, especialmente pela amostra limitar-se exclusivamente aos que atuam na capital do Estado. Estudos já demonstraram haver nesta população diferenças no afastamento do trabalho por motivo de saúde mental em razão do local de atuação no território catarinense.

A análise qualitativa dos dados obtidos pelo instrumento sob o viés do grupo focal permite considerar o protocolo aplicável ao cotidiano de trabalho dos policiais militares da 1ª Região de Polícia Militar de Santa Catarina sem a necessidade de adaptações, quando consideradas as vivências do grupo com os principais riscos apresentados nas escalas do instrumento. Nesse sentido, o uso de um método misto com a formação do grupo focal aprofundado os dados quantitativos coletados mostraram-se viável e eficiente para a interpretação dos dados estatisticamente relevantes da primeira etapa da pesquisa.

5 REFERÊNCIAS

- Amador, F. S. (2002). *Violência policial: verso e reverso do sofrimento*. Belo Horizonte, MG: Edunisc.
- Baruki, L. V. (2017). *Saúde mental e trabalho: uma proposta de norma regulamentadora sobre os riscos psicossociais no trabalho a partir de reflexões sobre os sistemas francês e brasileiro (tese de doutorado)*. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/3135>>. Acessado em: 01 jun. 2018.
- Bezerra, C. M., Minayo, M.C.S., Constantino, P. (2013). Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (3), 657-666. <<https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000300011>>.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
- Brasil (2001). *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde
- Campos, H. et al. (2014). *Avaliação dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (Monografia de Especialização em Clínica Psicodinâmica do Trabalho e Gestão do Estresse)*. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/9806>>. Acessado em: 06 abr 2018.
- Carvalho, P.L. (2016). *Mapeamento dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho em policiais do 6º Batalhão de Polícia Militar do estado do Tocantins (Dissertação de mestrado)*. Universidade Federal do Tocantins, Palmas. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11612/245>>. Acessado em 29 Abr 2017.
- Castro, M. C. A., & Cruz, R. M. (2015). Prevalência de Transtornos Mentais e Percepção de Suporte Familiar em Policiais Civis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 271-289. <<https://dx.doi.org/10.1590/1982-370300702013>>.
- Collins, P.A; Gibbs, A.C.C. (2003). Stress in police officers: a study of the origins, prevalence and severity of stress-related symptoms within a county police force. *Occup Med (Lond)*,53(4),



- 255–63. Disponível em < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12815123>>. Acessado em 21 mai 2017
- Costa, M. (2007). Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Rev Panam Salud Publica*, 21(4),217-222. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rpsp/2007.v21n4/217-222/#ModalArticles>. Acessado em 09 jun 2020.
- Creswell, J. W. (2010). Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed.
- Cruz, R. M. (2017). Perícia psicológica no contexto do trabalho. São Paulo: Vetor.
- Dejours, C. (1992). *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Duarte, L. R. Estresse Policial: um estudo comparativo entre o BOPE e o 22º BPM da Polícia Militar de Santa Catarina (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública). Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Florianópolis. Disponível em <https://biblioteca.cbm.sc.gov.br/biblioteca/index.php/component/docman/doc_details/635-luiz-ricardo-duarte>. Acessado em 01 mai 2018
- Eltib, S., & Armstrong, T. (2014). Critical incidents' impact on front-line South African police personnel in light of the current briefing and debriefing strategies. *S Afr J Psychol.*, 44(4), 416-25. <https://doi.org/10.1177/0081246314529272>
- European Agency for Safety and Health at Work (EU-OSHA). (2007). Previsão dos peritos sobre os riscos psicossociais emergentes relacionados com a segurança e saúde no trabalho (SST) – Fact Sheet 74, Belgica. Disponível em: <<https://osha.europa.eu/pt/tools-and-publications/publications/factsheets/74>>. Acessado em: 20 Mai. 2017.
- Facas, E.P. (2013). Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho-Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15420>>. Acessado em: 23 de mai. 2017
- Ferreira, D.K.S., Bonfim, C., & Augusto, L.G. (2011). Factors associated with the lifestyle of military police officers. *Cien Saude Colet.*, 16(8), 3403-12. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000900007>
- Fonseca, D.M., Silva, M.O., & Silva, R.J.N (2014). A Organização do Trabalho e os Riscos Psicossociais na Polícia Militar do Distrito Federal (Monografia de Especialização em Clínica Psicodinâmica do Trabalho e Gestão do Estresse). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9780/1/2014_DileneMeloFonseca_MarlydeOliveira%20Silva_RicardoJoseNavesSilva.pdf>. Acessado em 07 abr 2018.
- Han, M., Park, S., Park, J.H., Hwang, S-s., Kim, I. (2018). Do police officers and firefighters have a higher risk of disease than other public officers? A 13-year nationwide cohort study in South Korea. *BMJ Open.*, 8(1). doi:10.1136/bmjopen-2017-019987
- Instituto Sindical de Trabajo, Ambiente y Salud (ISTAS). (2013). La prevención de riesgos en los lugares de trabajo - Guía para una intervención sindical. Org. CALERA, A. A. C. C. et al. Ed.6 rev. y act., Madrid. Disponível em: <<http://www.istas.ccoo.es/descargas/La%20prevenci%C3%B3n%20de%20riesgos%20en%20os%20lugares%20de%20trabajo%202014.pdf>>. Acessado em: 20 Mai. 2017.
- International Labour Organisation (1984). Psychosocial factors at work: recognition and control. Report of the Joint ILO/ WHO Committee on Occupational Health. Ninth Session, Geneva, 18-24 September, 1984. Geneva; 1986. (Occupational Safety and Health Series, 56). Disponível



- em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1986/86B09_301_engl.pdf>. Acessado em: 20 Mai. 2017.
- Kim, Y., Ahn, Y., Kim, K., et al. (2016). Association between job stress and occupational injuries among Korean firefighters: a nationwide cross-sectional study. *BMJ Open*, 6 (11): e012002. doi: 10.1136/bmjopen-2016-012002
- Laville, C., & Dione, J. (1999). *A construção do saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed.
- Lima, E.D.P., Assunção, A.A., Barreto, S.M. (2015). Prevalência de depressão em bombeiros. *Cad. Saúde Pública*, 31(4), 733-43. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00053414>.
- Lima, F.P.D., Blank, V.L.G., & Menegon, F.A. Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Policias Militares/SC em Licença para Tratamento de Saúde. *Psicol ciênc prof.*,35(3), 824-40. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703002242013>.
- Lipp, M.E.N., Costa, K.R.D.S.N., Nunes, V.D.O.(2017). Estresse, qualidade de vida e estressores ocupacionais de policiais: sintomas mais frequentes. *Rev Psicol Organ Trab.*,17(1), 46-53. <https://dx.doi.org/10.17652/rpot/2017.1.12490>
- Liz, C.M., Cirimbelli, S.L., Arab, C., Silveira, V.M., Brandt, R., Itibere, C. V.D., & Andrade, A. (2014). Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. *Rev cuba med mil.*, 43, 467-80. Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/mil/vol43_4_14/mil07414.htm>. Acessado em 10 jun 2018.
- Magalhães-Pinto, R. (2006). O trabalho nos faz violentos: uma análise dos fatores relacionados com o comportamento violento do policial militar. In W. Codo (Org.), *Por uma psicologia do trabalho: ensaios recolhidos* (215-254). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Martins, L.C., Lopes, C.S. (2012). Military hierarchy, job stress and mental health in peacetime. *Occupational medicine*, 62(3), 182-7. doi: 10.1093/occmed/kqs006
- Minayo, M.C.S, Assis, S.G, & Oliveira, R.V.C. (2011). Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciência Saúde Coletiva*, 16(4), 2199-209. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000400019>
- Minayo, M.C.S., Souza, E.R., & Constantino, P. (2008). Missão prevenir e proteger: condições de vida, de trabalho e saúde dos policiais dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FioCruz.
- Miranda, D. (2016). *Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.
- Moraes, L.F., Marques, A.L., Pereira, L.Z. (2000). *Diagnóstico de qualidade vida e estresse no trabalho da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais [relatório de pesquisa]*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos Avançados em Comportamento Organizacional / Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração/ Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2001-grt-359>
- Oliveira, K.L.D., Santos, L.M.D. (2010). Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. *Sociologias*, 12, 224-50. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222010000300009>
- Oliveira, A. F., & Souza, M.A.(2014). Confiança do empregado na organização: o impacto dos valores pessoais e organizacionais. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 14(2), 204-217. Recuperado em 29 de julho de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000200007&lng=pt&tlng=pt.



- Oliveira, P.L.M.D., & Bardagi, M.P.(2009). Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. *Boletim de Psicologia*, 59(131), 153-166. Recuperado em 29 de julho de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Pereira, G.K. (2017). Associação entre variáveis ocupacionais e prevalência em agravos à saúde em policiais e bombeiros militares de Santa Catarina (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185475>>. Acessado em 25 mai 2018
- Pires, L. A. A., Vasconcellos, L.C.F., & Bonfatti, R.J. (2017). Bombeiros militares do Rio de Janeiro: uma análise dos impactos das suas atividades de trabalho sobre sua saúde. *Saúde em Debate*, 41(113), 577-590. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201711318>
- Polícia Militar de Santa Catarina (1983). Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983. Estabelece o estatuto dos policiais militares de Santa Catarina. Florianópolis, SC. Disponível em: <http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/dsps/ART_927398_2014_07_23_083233_l_6218_198.pdf>. Acessado em 12 jul 2017
- Polícia Militar de Santa Catarina. Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983. Estabelece o estatuto dos policiais militares de Santa Catarina. Florianópolis, SC. Disponível em: <http://www.pm.sc.gov.br/fmanager/pmsc/upload/dsps/ART_927398_2014_07_23_083233_l_6218_198.pdf>. Acessado em 12 jul 2019
- Portela, A; Bughay Filho, A.(2007). Nível de estresse em policiais militares: comparativo entre sedentários e praticantes de educação física. *Efdeporte*,11 (106). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/28224995_Nivel_de_estresse_de_policiais_militares_comparativo_entre_sedentarios_e_praticantes_de_atividade_fisica
- Rebouças, D., Abelha, L., Legay, L. F. & Lovisi, G. M. (2008) O trabalho em saúde mental: um estudo de satisfação e impacto. *Caderno de Saúde Pública*, 24(3), 624-632. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n3/16.pdf>
- Ruediger, M.A., & Riccio,V. (2006) In: Falcao Viera, M. M.; & Zouain, D. M. (Org.). Pesquisa qualitativa em administração. Rio de Janeiro: FGV.
- Santa Catarina (2010). Secretaria da Segurança Pública. Mapeamento das Fontes de Estresse em Profissionais da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: DIFC/SSP – SENASP/MJ.
- Schneider, D., Signorelli, M.C., & Pereira, P.P.G. (2017). Profissionais de segurança pública no litoral do Paraná, Brasil: intersecções de gênero, trabalho, violência (s) e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22 (9), 3003-3011. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017229.07892016>
- Silva, M.B., &Vieira, S.B. (2008). O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saúde e Sociedade*, 17 (4),161-170. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902008000400016>
- Souza, Edinilsa Ramos de, Minayo, Maria Cecília de Souza, Silva, Juliana Guimarães e, & Pires, Thiago de Oliveira. (2012). Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(7), 1297-1311. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2012000700008>
- Spode, Charlotte Beatriz e Merlo, Álvaro Roberto Crespo. (2006). Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 362-370. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722006000300004>
- Trad, Leny A. Bomfim. (2009). Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(3), 777-796. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>



- Velden, P.G., Rademaker, A.R., Vermetten, E., Portengen, M.A., Yzermans, J.C., & Grievink, L. (2013). Police officers: a high-risk group for the development of mental health disturbances? A cohort study. *BMJ Open.*, 3(1). Disponível em: <<https://bmjopen.bmj.com/content/3/1/e001720>>. Acessado em 22 mai 2018
- Wickramasinghe, N.D., Wijesinghe, P.R., Dharmaratne, S.D., Agampodi, S.B. (2016) The prevalence and associated factors of depression in policing: a cross sectional study in Sri Lanka. *SpringerPlus*, 5(1), 1776. doi: 10.1186/s40064-016-3474-9.
- World Health Organization. (1994). A user's guide to the Self Reporting Questionnaire (SRQ). Geneva: World Health Organization. Geneva: Division of Mental Health (WHO). Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjXk_2QoLnJAhWMrZAKHcqBIIQFggeMAA&url=http://whqlibdoc.who.int/hq/1994/WHO_MNH_PSF_94.8.pdf&usq=AFQjCNG7ISWg3V1W>. Acessado em 13 mai 2017.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Francisco, D. R. M., Rodrigues, A. P. G., & Pereira, G. K. (2022). RISCOS PSICOSSOCIAIS NA SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS MILITARES. *HOLOS*, 8. Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10379>

SOBRE OS AUTORES:

D.R.M. FRANCISCO

Biografia: Psicólogo, Mestre em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Tenente Coronel na Polícia Militar de Santa Catarina. Pesquisador na área de segurança pública com ênfase na atividade policial.

E-mail: diegoremor@gmail.com

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0003-4084-6345>

A.P.G. RODRIGUES

Biografia: Psicóloga, Dra. na Área de Gestão do Comportamento Organizacional. Professora de Esag/ Universidade do Estado de Santa Catarina. Pesquisadora na Área de Segurança Pública.

E-mail: agrillorodrigues@gmail.com

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0001-6617-1679>

G.K. PEREIRA

Biografia: Psicólogo, Mestre na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Psicólogo na Polícia Militar de Santa Catarina. Pesquisador na Área de Segurança Pública.

E-mail: gkpgustavo@gmail.com

ORCID-ID: <https://orcid.org/0000-0003-4084-6345>



Editora responsável: Francinaide de Lima Silva Nascimento



Recebido: 09 de junho de 2020

Aceito: 9 de abril de 2022

Publicado: 28 de dezembro de 2022

